

A PINACOTECA E O PADROADO: OS QUATRO PAINÉIS DO CORREDOR DA SACRISTIA DA ORDEM 3ª DO CARMO DO RECIFE.

André Cabral Honor
cabral.historia@gmail.com

Resumo: Ao lado da basílica de Nossa Senhora do Carmo na cidade do Recife, Pernambuco, recuada e protegida por um adro gradeado, se localiza a Igreja de Santa Teresa de Jesus da Ordem Terceira Carmelita. Consagrado à primeira doutora do catolicismo, o templo possui quatro pinturas policromadas em madeira que se distribuem ao longo dos corredores de acesso até o salão principal da sacristia. Neste espaço, percebe-se que há uma considerável diminuição da iconografia dos santos mais populares no contexto da Igreja Barroca na colônia, abrindo espaço para representações de figuras mais desconhecidas ligadas à realeza. Utilizando como base teórica e metodológica os estudos propostos por Giulio Carlo Argan e Luís de Moura Sobral, o presente artigo busca analisar esses painéis como parte de uma sessão mais reservada da igreja, uma espécie de pinacoteca religiosa restrita a poucos, em que se explicitam as relações de padroado: peça chave para compreender a formação e a expansão da Igreja Católica no contexto Brasil Colônia. O presente trabalho é fruto das pesquisas em andamento do doutoramento em História pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGH/UFMG).

Palavras-chaves: Iconografia; História Colonial; Patrimônio Histórico; Carmelitas; Pernambuco.

O Barroco teve sua origem na Península Itálica no final do século XVI, porém rapidamente deixaria seu berço para conquistar novos horizontes. Horizontes estes, que haviam se expandido, pela primeira vez na história, numa dimensão planetária, devido às grandes navegações promovidas pelos países ibéricos: Portugal e Espanha. Devido a estas interconexões, a arte barroca viajou através dos três oceanos e chegou aos continentes americanos, asiático e africano, se tornando peça chave do discurso católico e da política expansionista mercantil-colonialista adotada pelos países ibéricos:

(...) o pensamento católico hegemônico, nos primeiros séculos, estava vinculado intimamente ao projeto colonizador lusitano, servindo com frequência como suporte ético-religioso para a dominação lusitana não apenas sobre os indígenas e os negros, mas também sobre os próprios colonos que buscassem maior liberdade de pensamento e ação em sua atividade no Brasil. (AZZI, 1987: 13).

A empreitada colonial portuguesa baseava-se na ideia do padroado e expansão da fé católica. A investida comercial mercantilista estava diretamente atrelada com a religião na conquista do novo mundo. O Brasil não foi uma exceção à regra tornando-se o Estado Português o grande financiador da igreja na colônia. Tal questão é colocada em pauta numa consulta do Conselho Ultramarino, datada de seis de junho de 1654, escrita logo após a expulsão da Companhia de Comércio Holandesa do Nordeste. O documento descreve a necessidade de se reedificar igrejas e capelas de engenho

destruídas com a guerra contra os holandeses e a responsabilidade pecuniária do rei em promover tais recuperações:

Havia algumas igrejas falta de ornamentos, e porque como rei, e como mestre que vossa magestade he da ordem de christo e pellos dízimos que dellas logras, tinha obrigação de as mandar prover, havia que por bem este conselho se escrevesse ao governador do estado do Brasil, ordenasse ao provedor mor da fazenda de vossa magestade que acodisse a essa falta e atodas mais que as igrejas tivessem com a mayor brevidade que poderse ser (...). (AHU_ACL_CU_015, Cx. 6, D. 480).¹

Na fala do Conselho Ultramarino está exposto o porquê da responsabilidade do rei português de acudir as igrejas e capelas em ruínas: o título de Mestre da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. Criada a partir do espólio dos Templários², esta nova Ordem objetivava a defesa da fé e do território português dos mouros. Desta maneira, o padroado português se arquitetava de uma forma diferente do espanhol. O rei de Portugal D. Afonso, concedeu ao Mestre da Ordem de Cristo, ou seja, ele próprio, a jurisdição sobre a espiritualidade das regiões ultramarinas.

Nessa bula [Inter caetera], o Papa Calixto III, antes de tudo, quis confirmar a bula Romanus Pontifex de Nicolau V, com todas aquelas valiosas concessões feitas por ele ao rei D. Afonso e ao Infante D. Henrique. A seguir, demonstrando ter conhecimento da concessão régia, feita à Ordem de Cristo, da espiritualidade sobre as regiões ultramarinas, imediatamente aprovou e confirmou tal concessão, querendo que ficasse marcada perpetuamente com sua autoridade apostólica. (KUHNNEN, 2007: 62).

Independente da cabeça que ocupasse o trono, esta também exerceria o cargo de Mestre da Ordem de Cristo. A princípio, a jurisdição espiritual das terras do Brasil ficou a cargo do Bispo de Funchal:

De acordo com as disposições políticas do padroeiro régio e as normas da igreja, era conveniente que existisse um bispo com jurisdição ordinária e espiritual sobre todo o ultramar – o Bispo de Funchal –, desde que esse bispo não diminuísse em nada os privilégios do rei. (KUHNNEN, 2007: 507).

Em 1551, através da bula *Super Specula militantis*, o Papa Júlio III tomou duas decisões fundamentais para compreender a presença da Igreja na colônia: primeiro, criou o episcopado de Salvador da Bahia tendo D. Pedro Fernandes Sardinha como bispo e comissário geral do Brasil; e, segundo, transferiu a jurisdição espiritual do Bispo

¹ Os documentos analisados estarão com suas referências em códigos, cuja designação é: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 015 número da série Brasil – Pernambuco; Cx. – Caixa (1 a 50); D. – Documentos.

² A Ordem dos Templários foi extinta em 1309 por ordem do Concílio de Vienne durante o papado de Clemente V. A Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo foi criada pelo papa João XXII, e o então, rei de Portugal D. Dinis, em 1319, sendo ratificada pela bula papal *Bullarium Patronatus Potugalliae Regum*. Maiores informações ver: (KUHNNEN, 2005).

de Funchal para o recém criado episcopado. Na prática, tais acordos entregaram o controle espiritual das almas do ultramar ao trono português, acarretando obrigações pecuniárias, mas também proventos:

O Papa Calixto III continuara uma antiga concessão de seus antecessores, que a Sé Apostólica havia concedido para a sua perpetuidade, ou seja, dera o direito a D. Henrique de reter para si todos os rendimentos da Ordem, os quais deveriam ser aplicados na conquistas. Desse modo, o Mestre da Ordem fora confirmado pelo Pontífice nos seus direitos de administrador e governador de todos os bens, rendimentos e sobretudo dízimos – já que o rendimento eclesiástico mais importante era o dízimo eclesiástico – da Ordem de Cristo. (KUHLEN, 2007: 64-65).

Não se tratava apenas de edificar os templos, mas de provê-los com o material necessário para sua manutenção e bom funcionamento, afinal, a Igreja cumpria um importante papel dentro da colônia: o de agregar as mais diferentes etnias dentro de um universo cultural católico subserviente ao reino português.

Com freqüência, as concepções teológicas eram atravessadas por interesses políticos e econômicos, dando assim origem a uma maneira de ver o mundo bastante propícia e consentânea á implantação e manutenção do domínio colonial. (AZZI, 1987: 13).

A arte barroca iria servir como uma luva aos interesses metropolitanos. Apesar de ter seu auge no século XVI e XVII na Europa, o Barroco se perpetuou no Brasil até o início do século XIX. O objeto artístico era uma ferramenta de persuasão. A alegoria foi entendida como uma linguagem sem escrita, cujo conteúdo era transmitido por meio da introjeção de um conceito. Uma linguagem universal que falaria a todos sem distinção. Claro que a alegoria é prescindida por todo um contexto cultural que a torna persuasiva, não são apenas as imagens nas igrejas barrocas que devem persuadir, mas o conjunto de todos os seus outros elementos. Dentro do templo barroco os sentidos devem ser ativados para que a alegoria possa cumprir sua função de converter e doutrinar. Daí a importância dos incensários, das pias de água benta, dos sermões, das celebrações especiais como aquelas em que os fiéis podiam subir ao camarim do altar-mor no intuito de tocar a imagem lá exposta. Todas visavam incitar os mais variados sentidos, trabalhando-os em conjunto.

Se dirigida para o bem, a função da imagem é prática, educativa, didática; mas essa função não se explica apenas pelo ato de transmitir, por meio de imagens, exortações morais, ou exemplos edificantes. A Igreja quer manifestar na arte a origem e a extensão universal da própria autoridade; porém, já que esta tende sobretudo a influir concretamente sobre o comportamento humano, em vez de enunciar e impor verdade da fé, deve poder condicionar todas as ações dos homens, qualquer que seja sua posição social. (ARGAN, 2004: 57).

A atividade missionária possuía um papel de peso dentro do desenvolvimento da arte barroca. Esta atividade deve ser compreendida não somente como uma catequização dos gentios, mas também como parte da manutenção da fé católica em locais com a religião já estabelecida:

Essa tarefa missionária, que consiste, por um lado, na defesa dos fiéis diante do constante perigo da heresia e, por outro, na extensão da ecúmena católica aos povos dos continentes até então desconhecidos, se desdobra através da “propaganda”; e a propaganda não demonstra, mas persuade—e persuade à devoção. (ARGAN, 2004: 59).

De acordo com Cremades e Turina, Essa manutenção da fé se expressava na iconografia das igrejas barrocas através de duas vertentes: a espiritual e a militante.

A arte religiosa não refletia unicamente, através de sua iconografia, a posição da doutrina da igreja, mas também as novas ações religiosas que, depois da Reforma e Contra-Reforma, só podiam assumir duas alternativas: o caminho da mística ou a via da ação direta que pregava os jesuítas, com a mesma valorização por ambas as partes da ascética como meio de perfeição moral, e demonstrava, finalmente, a viabilidade deste comportamento mediante o exemplo dos santos, cujas representações vieram substituir quase por completo os temas bíblicos, e cujo culto se fomenta como resposta à rejeição por parte dos protestantes. (CREMADES; TURINA, 2001: 228).³



Fig. 1 – Igreja da Ordem Terceira de Santa Teresa de Jesus do Recife. Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.

No caso da Igreja da Ordem Terceira de Santa Teresa de Jesus na cidade do Recife (Fig. 1), a iconografia do interior do templo pode ser tomada com um claro exemplo do que o Cremades e Turina chamam de via mística da iconografia. A igreja é recheada com mais de cinquenta painéis retratando passagens da vida de Santa Teresa, mais conhecida pela

³ Texto original: “El arte no reflejaba, únicamente, a través de su iconografía, la posición doctrinal de la Iglesia, sino también las nuevas actitudes religiosas que, tras la Reforma y la Contrarreforma, solo podrían asumir dos alternativas: el camino de la mística o la vía de la acción directa que preconizaban los jesuítas, con la misma valorización por ambas partes de la ascética como medio de perfección moral y demostraba, finalmente, la viabilidad de estos comportamientos mediante el ejemplo de los santos, cuyas representaciones vienen a sustituir casi por completo a los temas bíblicos, y cuyo culto se fomenta como respuesta a su rechazo por parte de los protestantes”. Tradução de André Cabral Honor (Doutorando PPGH/UFGM).

pregação do misticismo dentro da Igreja Católica, especialmente dentro da Ordem Carmelita, sendo seus êxtases pontos culminantes desta visão⁴.

Seguidores da reforma do Convento de Turin na França, os carmelitas de Recife, assim como os da Cidade da Paraíba e Goiana, tomaram um interessante caminho na elaboração de sua iconografia. Apesar de estarem atrelados aos carmelitas calçados, seguiram uma constituição diferente inspirada na Reforma de Santa Teresa de Jesus, fundadora dos carmelitas descalços.

Os conventos atrelados a província descalça eram proibidos de missionar vivendo na clausura, experienciando a vida mística. Os calçados, chamados no Brasil de observantes, deviam se entregar a vida missionária. No espaço colonial conviveram essas duas vias religiosas: a mística e a missionária. Pois bem, os turônicos seriam uma mescla dessas duas vertentes como é possível perceber na iconografia de seus templos nas capitanias do norte do Brasil.

Como já foi dito, a Igreja da Ordem Terceira de Santa Teresa de Jesus — inaugurada em 1710, apenas quinze anos após a criação da Ordem Terceira Carmelita do Recife⁵ — esbanja misticismo em sua nave principal, porém na área mais reservadas, há uma guinada da iconografia para a via militante, com a presença de mártires e papas no teto do cômodo principal da sacristia⁶ e imagens de realeza nos painéis que se encontram no corredor de acesso a este salão.

Na sua configuração actual – disposição em relação ao santuário, comunicação directa com o exterior e decoração com lavabo, móveis diversos e obras de arte – a sacristia data unicamente dos finais do século XVI. Antes do século IX não se tem conhecimento da existência, nas catedrais e templos importantes, de locais especificamente designados como <<tesouros>>. (SOBRAL, 1996: 81).

⁴ A iconografia de Santa Teresa d'Ávila concentra-se especialmente nos seus êxtases e visões, contudo, trata-se de uma figura ativa politicamente dentro da igreja católica, promovendo a expansão dos conventos de sua reforma, diferentemente de outras santas carmelitas como Maria Madalena de Pazzi, que dedicaram sua vida exclusivamente a mística, sem nenhuma atuação política dentro ou fora da igreja.

⁵ “Aos 27 dias do mez de setembro de 1695, reunidos alguns devotos no Convento do Carmo da cidade do Recife, foi pelo Ver. Padre Geral D. João Feijó de Villas Lobos instaurada a Veneravel Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, sendo, nessa ocasião, nomeado para commissario da Ordem recém-fundada a um religioso do Convento dos Carmelitas, criação e nomeação estas aprovadas e confirmadas pelo Exmo. Rev. Sr. Arcebispo de Rhodes, núncio de Sua Santidade pelo seu Breve de 20 de Outubro de 1695 que começa: ‘Dilecto nobis in Christo Filio, etc.’”. (PIO, 1937: 9).

⁶ Não será possível analisar neste artigo as imagens da sacristia, porém elencamos os personagens que se encontram pintados no seu teto: Pedro Tomazio de Constantino; S. Jacinto Martir; S. Ephigenia Martir; S. Arcângela de Trino; S. Proto Martir; S. Serapião; S. Espiridão; S. Alexandria Martir; S. Flavia Martir; S. Dionizio papa; S. Simão Stock (único não creditado) e Nossa Senhora do Carmo. A autoria dessas pinturas é de Manoel de Jesus Pinto. (ACIOLI, 2008: 56).

Como Luís de Moura Sobral explicita mais á frente, as sacristias se tornaram verdadeiros museus de arte restritos a algumas figuras mais importantes, como clérigos, frades, membros da Ordem Terceira e pessoas importantes no contexto local. E nestes locais, a iconografia podia fugir das devoções mais populares e adentrar por outros caminhos: a de exaltação do poder temporal na história da igreja.

É como se eles quisessem demonstrar a fundamental importância do apoio dos reis e rainhas na difusão da fé cristã católica, principalmente, do Reino de Portugal, missionário por excelência, pois o todo poderoso teria interferido diretamente na guerra de formação do território. Tal crença está incrustada no discurso católico de missionização como podemos perceber no *Sermão de Santo Antônio* do Padre Antônio Vieira:

É glória singular do Reino de Portugal que só ele, entre todos os do mundo, foi fundado e instituído por Deus. Bem sei que o Reino de Israel também foi feito por Deus, mas foi feito por Deus só permissivamente, e muito contra sua vontade, porque teimaram os israelitas a ter rei, como as outras nações; porém o Reino de Portugal, quando Cristo o fundou e instituiu, aparecendo a el-rei—que ainda o não era—Dom Afonso Henriques, a primeira palavra que lhe disse foi: Volo: quero. (VIEIRA, 2011: s.p.)

Não podemos esquecer que a arte barroca é absolutista por excelência, entrelaçando, dentro do poder régio, uma aura religiosa de exaltação da figura do rei, inclusive canonizando aqueles que mais se destacaram como o Rei Luís IX da França e a Rainha Isabel de Portugal.



Fig. 2 - S. Eduardo Rei da Inglaterra. Séc. XVIII. Autor: Manoel de Jesus Pinto.
Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.

Os quatro painéis a serem brevemente analisados se encontram nos corredores laterais que dão acesso à sacristia. Provavelmente, pelo estilo e forma de identificação, foram pintados pelo mesmo autor dos painéis do teto da sacristia: Manoel de Jesus Pinto. No primeiro painel (Fig. 2) é possível observar a iconografia do Rei Eduardo da Inglaterra. Devidamente identificado pela legenda, a imagem não porta os atributos que por si só o identificaria.

Nascido no ano de 1003, Eduardo ascendeu ao trono da Inglaterra em 1042, governando o reino até sua morte 1066. Sua popularidade se devia, de acordo com sua

hagiografia, ao fato de que o toque de sua mão curava os enfermos. Não deixou herdeiros tendo morrido casto:

Atendendo aos rogos de seus nobres, ele aceitou como sua esposa a virtuosa Editha, filha do Conde de Godwin. Havendo, todavia, prestado voto de castidade, ele requereu primeiramente o consentimento daquela para viver com ele apenas como uma irmã. (PHILLIPS, 1909).⁷

O Rei Eduardo, o confessor, foi canonizado no ano de 1161 pelo Papa Alexandre III e sua festa é celebrada todo dia 13 de outubro. Sua iconografia na Igreja de Santa Teresa não condiz com seus atributos. A coroa aos seus pés o identifica como rei, porém o crucifixo em suas mãos não é um atributo usual a sua figura.⁸

Embaixo do painel de S. Eduardo há outra imagem, de mesma dimensão, intitulada S. Izabel, Rainha de Boemia (Fig. 3). No painel que se encontra no outro corredor, existe a representação de outra freira, intitulada S. Angela, Princesa de Boemia (Fig. 4). Nenhuma das duas mulheres representadas porta atributos, usam vestimentas diferenciadas, nem há nada ao fundo do painel que possa servir como indício de sua identificação. Contudo, assim como os outros painéis, possuem duas legendas que nomeiam as monjas. O problema é que tais legendas mais complicam do que facilitam a compreensão desta iconografia.

⁷ Texto original: “Yielding to the entreaty of his nobles, he accepted as his consort the virtuous Editha, Earl Godwin's daughter. Having, however, made avow of chastity, he first required her agreement to live with him only as a sister.”. Tradução de Berttoni Cláudio Licarião (Mestrando Pos Lit/UFMG).

⁸ “Atributo particular: anel que, segundo a lenda, o santo deu a S. João Evangelista (disfarçado de mendigo) e que alguns peregrinos à terra santa trouxeram de volta ao rei. Atributo outro: bolsa de dinheiro (alusão a sua ação caritativa); maqueta de igreja ou de mosteiro no braço. Representado em cenas: 1) no seu oratório, coroado, em trajes reais, de pé, lê um livro, diante de um genuflexório; 2) de pé, em trajes reais, com manto de arminho, nimbado, dando vista a um cego; 3) com coroa real, ajoelhado diante de um crucifixo. Em algumas cenas, trata de um leproso ou carrega um doente aos ombros”. (LÓREDO, 2002: 217). Importante colocar que neste dicionário há uma certa confusão da lenda do anel que está atrelada a São Raimundo como exposto na Legenda Àurea (VARAZZE, 2003).



Fig. 3 - S. Isabel Rainha de Boemia. Séc. XVIII.
Autor: Manoel de Jesus Pinto. Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.

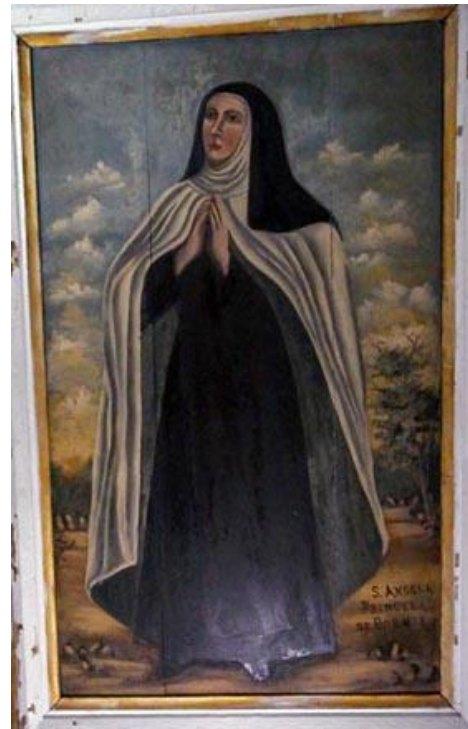


Fig. 4 - S. Angela Princesa de Boemia. Séc. XVIII.
Autor: Manoel de Jesus Pinto. Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.

No caso da figura 3 é possível identificar duas rainhas católicas, chamadas Isabel⁹, que governaram por algum tempo a Boémia. A primeira Isabel nasceu em 1596 e faleceu em 1662. É matriarca da linhagem dos Stuarts da Inglaterra e governou a Boémia junto com seu marido Frederico V por apenas um ano (1619-1620). Calvinistas, ambos ficaram conhecidos como rei e rainha do inverno, devido à derrota de Frederico e da forças protestantes para Fernando II, Imperador Católico do Sacro Império Romano-Germânico, na Batalha da Montanha branca.

A segunda Isabel nasceu no ano 1292 chegando a falecer em 1330. Casou-se em 1310 com João de Luxemburgo, e juntos assumiram o trono após a deposição de Henrique e Ana (Irmã de Isabel). Foi mãe de Carlos IV, futuro rei da Boemia e Imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Desentendimentos entre Isabel e o marido a levaram ao exílio por volta de 1323, mesmo ano em que teve suas gêmeas: Isabel e Ana. Voltou ao reino em 1325 e logo após ficou viúva.

Nenhuma das duas personagens brevemente biografadas acima foi canonizada pela Igreja Católica. É possível considerar que houve algum tipo de fusão entre a

⁹ Tais rainhas podem ser encontradas sob a alcunha de Elizabeth, que é a tradução do nome Isabel do português para o inglês.

segunda personagem e Santa Isabel, Rainha de Portugal. Nascida em 1271, casou-se com Diniz, Rei de Portugal, com quem teve dois filhos: Constança e Afonso. Era muito devota ao catolicismo e após a morte de seu consorte, se retirou para um dos conventos que havia ajudado a fundar: o Convento de Clarissas da cidade de Coimbra, onde tomou o hábito terceiro dos franciscanos. Morreu em 1336, sendo canonizada pelo Papa Urbano VIII em 1625, sendo sua festa comemorada em oito de julho.

As biografias levantadas não satisfazem por completo a identificação da personagem: ou trata-se de uma rainha da Boemia, ou trata-se de uma mulher canonizada. Infelizmente, a outra personagem não possui uma sorte melhor.

Não foi possível localizar nenhuma princesa ou rainha da Boemia com nome de Angela¹⁰. No mais largo banco de dados sobre santos, beatos e personagens da Igreja Católica, o *Catholic Encyclopedia*, só há referência a Santa Ângela de Merici, fundadora das Ursulinas, que apesar de ter nascido em uma família rica, nunca teve sangue real.

A hipótese que levanto é que a iconografia desta princesa possui alguma relação com o painel de Isabel, a rainha da Boemia. Pensando assim, a imagem pode ser a representação de Ana, a filha que Isabel teve em seu exílio, cuja irmã gêmea, chamada Isabel como a mãe, morreu com um ano de idade.

Ana nunca chegou a ser rainha apesar de por duas vezes ter quase chegado lá: primeiro, foi prometida, com menos de sete anos, a Ladislaus, futuro rei da Hungria, porém o jovem veio a falecer em 1329. Posteriormente, foi prometida ao herdeiro do trono da Baviera, Luís VI, o romano, todavia o noivado foi desfeito com a excomunhão do pai do noivo, o Rei Luís IV. Finalmente, em 1330, Ana casou com um viúvo, Otto, duque da Austria. O casamento durou apenas oito anos, pois Ana veio a falecer em 1338, com apenas quinze anos, não deixando herdeiros.

As duas personagens são cópias gestuais da estatuária da Igreja ou vice-versa. Há indícios de estatuas foram encomendadas antes das pinturas, porém a documentação

¹⁰ Sobre esta personagem, trata-se de um caso ainda mais intrigante: aparece num painel embaixo do coro alto, legendada como Santa Ângela da Boemia V., segurando uma palma, símbolo de mártir. Ela também aparece na Igreja da Ordem Terceira Carmelita de Ouro Preto, num painel de azulejos, identificada como Santa Ângela, Terceira Carmelita.

não identifica que estátuas eram essas e se seriam as mesmas que vemos nos dias atuais (Fig. 5 e 6).¹¹



Fig. 5 - S. Izabel V. Séc. XVIII? Autor: Desconhecido.
Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.



Fig. 6 - S. Archangela. Séc. XVIII? Autor:
Desconhecido. Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.¹²

O último painel, à primeira vista, não suscita problemas de identificação; trata-se de São Henrique de Grei (Fig. 7). A figura segura uma *vanita*, tema comum nas pinturas barrocas. De acordo com Cremades e Turina (2001: 248): “O tema hamletiano da meditação perante a caveira se estende ao século XVIII na pintura espanhola.”¹³

¹¹ Existe a possibilidade de se tratarem de duas personagens não santificadas, mas bastante marcantes e atuantes no séc. XVIII, consideradas santas por aclamação: Angela Maria Madalena de los Siete Dolores, falecida em 1746 e Isabel de los Angeles Pascual y Jorba falecida em 1730. Porém a recente pesquisa ainda não identificou suas origens, se são da Boemia, ou se foram, ao menos, beatificadas. (BOAGA, 1997).

¹² Não é possível na imagem, porém a legenda gravada ao pé da imagem a identifica como Santa Archangela. Ainda não foi possível rastrear este nome para compreender melhor a relação com o painel de Santa Ângela, Princesa da Boémia.

¹³ Texto original: El tema hamletiano de la meditación ante la cavallera se extiende em el siglo XVII em la pintura española. Tradução de André Cabral Honor (Doutorando PPGH/UFGM).



Fig. 5 - S. Henrique de Grey. Séc. XVIII. Autor: Manoel de Jesus Pinto. Foto: Acervo pessoal. Fev. 2011.

Henrique de Gery foi um protestante fervoroso que atuou na corte de Henrique VIII. Após a morte do monarca, Eduardo VI—filho da terceira esposa de Henrique, Jane Seymour—assume o trono. Contudo seu reinado é curto, durando apenas seis anos. Em seu testamento, o Rei Eduardo VI manifestou o desejo que a filha de Henrique de Grey, Lady Jane Grey, o sucedesse no trono. Com seu falecimento, Henrique maneja a ascensão da filha ao trono inglês, o que durará menos de um mês, quando a primogênita de Henrique VIII, a católica Maria Tudor I, é coroada rainha e condena Henrique de Grey e Lady Jane, de apenas dezesseis anos, à guilhotina.

Não é preciso discorrer muito para afirmar que este não é Henrique de Grey, um homem que lutou a vida toda para estabelecer o protestantismo como religião oficial da Inglaterra. O único santo com nomeado Henrique que foi possível localizar é São Henrique II. De acordo com sua hagiografia:

Imperador do Sacro Império Romano, coroado em Roma, em 1014. Viveu em estado de castidade com sua esposa S. Cunegundes de Luxemburgo. Fundou o reino da Hungria e erigiu vários mosteiros e igrejas, em seu trabalho de difusão do Cristianismo. Sua realização eclesiástica mais importante foi o bispado de Bamberg que se tornou um centro educacional e cultural. Canonizado em 1146. Enterrado na Catedral de Bamberg. Dia de festa: 13 de julho. (LÔREDO, 2002: 218).

Seguindo a lógica dos painéis, teríamos a representação de mais um monarca, apesar de curiosamente, não haver na legenda tal indicação. Importante colocar que a *vanita* também não contribui, neste caso, como atributo para identificar o personagem.

Após essas considerações, uma coisa é clara: o artista não conhecia as figuras que estava desenhando, não seguindo nenhuma gravura que pudesse clarear a iconografia dos personagens que lhes foram requisitados. Provavelmente o autor da encomenda, no caso a Ordem Terceira Carmelita do Recife, apenas entregou os nomes dos referidos personagens ao pintor, sem proporcionar maiores indicações. Talvez tenha mostrado o estatúário, que foi encomendado na Europa, e pedido para o autor copiar a

iconografia. A solução por ele encontrada foi resolver a identificação através de uma legenda, assim como acontece com as imagens escultóricas.

Os personagens que foram representados no teto da sacristia, também não possuem atributos e são identificados por meio de legenda. Sua iconografia se assemelha aos painéis ora analisados, inclusive com a mesma solução para seu reconhecimento. Por isso, é possível afirmar que o autor dos quatro painéis seja Manoel de Jesus Pinto. Todavia, há dois pintores no Recife com este nome: pai e filho, na maioria das vezes, assinavam os recibos com o mesmo nome o que dificulta a identificação exata da autoria¹⁴:

Em 18 de dezembro de 1792, incumbiu-se, junto à Ordem terceira do Carmo, da pintura e douramento da sacristia da Igreja de Santa Tereza, pela importância de 230\$000. Do contrato constava 'dourar o altar de Nossa Senhora com seus fingidos no fundo e da mesma forma, nove sanefas, o forro pintado de cola com seu painel no meio e o mais campo com tarjas, também pintado de verde todas as portas e janelas do consistório'. Obrigou-se a fazer tudo perfeito. (ACIOLI, 2008: 355).

Que existem erros de representação iconográfica está mais do que claro. O descuido é tão grande que à primeira vista há um *mártir* protestante entre as representações. Mas na ideia aqui desenvolvida, a representação correta dos personagens ou de suas iconografias importa muito pouco. O que mais conta neste contexto é reafirmar aos membros da Ordem Terceira sejam estes frades, clérigos ou pessoas ordinárias, da importância que o padroado tem nas relações entre a Igreja Católica e o Reino de Portugal.

No espaço da sacristia é possível abrir mãos das devoções mais populares e adentrar em questões mais específicas, como manter na lembrança dos membros da Ordem Terceira Carmelita a existência de uma coroa a quem eles devem prestar reverência, pois foi graças aos esforços da realeza portuguesa, aqui representada por reis e rainhas supostamente canonizados, que as terras descobertas no além-mar puderam ser catequizadas na doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana.

¹⁴ Em seu trabalho de referência Acioli (2008: 354) fala “Assim, só foi possível reconstituir e relacionar cronologicamente as referências atribuídas a Manoel de Jesus Pinto, integrando-se, contudo, as atividades das duas pessoas.”

Bibliografia:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **A identidade da beleza**: dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco. Recife: Massangana, 2008.

ARGAN, Giulio Carlo. **Imagem e persuasão**: ensaios sobre o barroco. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial**: um projeto autoritário. São Paulo: Paulinas, 1987.

BOAGA, Emanuele. **Como piedras vivas... para leer la HISTORIA y la VIDA del CARMELO**. Roma: Edizioni Carmelitane, 1997.

CREMADES, Fernando Checa; TURINA, José Miguel Morán. **El Barroco**. Madrid: Istmo, 2001.

KUHNEN, Alceu. **As origens da Igreja no Brasil**: de 1500 a 1552. Bauru: EDUSC, 2005.

LÔREDO, Wanda Martins. **Iconografia religiosa**: dicionário prático de identificação. Rio de Janeiro: pluri edições, 2002.

PHILLIPS, George. St. Edward the Confessor. In: **The Catholic Encyclopedia**. v. 5. New York: Robert Appleton Company, 1909. Captado em: <<http://www.newadvent.org/cathen/05322a.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

PIO, Fernando. **Historico da Igreja de Santa Thereza ou Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Cidade do Recife**. Recife: Empresa 'Jornal do Commercio' S. A., 1937.

SOBRAL, Luís de Moura. **Do sentido das imagens**: ensaios sobre pintura barroca portuguesa e outros temas ibéricos. Lisboa: Estampa, 1996.

VARAZZE, Jacopo de. **A legenda áurea**: vidas de santos. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VIEIRA, Padre Antônio. **Sermão de Santo Antônio**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/sermoesii_1.pdf. Acesso em: 01 fev. 2011.